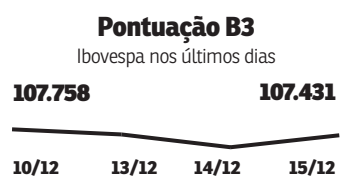
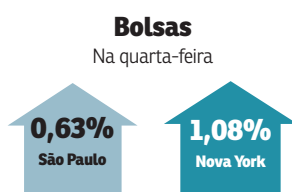




9 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 16 de dezembro de 2021



**Dólar**  
Últimas cotações (em R\$)

9/dezembro	5,574
10/dezembro	5,614
13/dezembro	5,674
14/dezembro	5,694



**Inflação**  
IPCA do IBGE (em %)

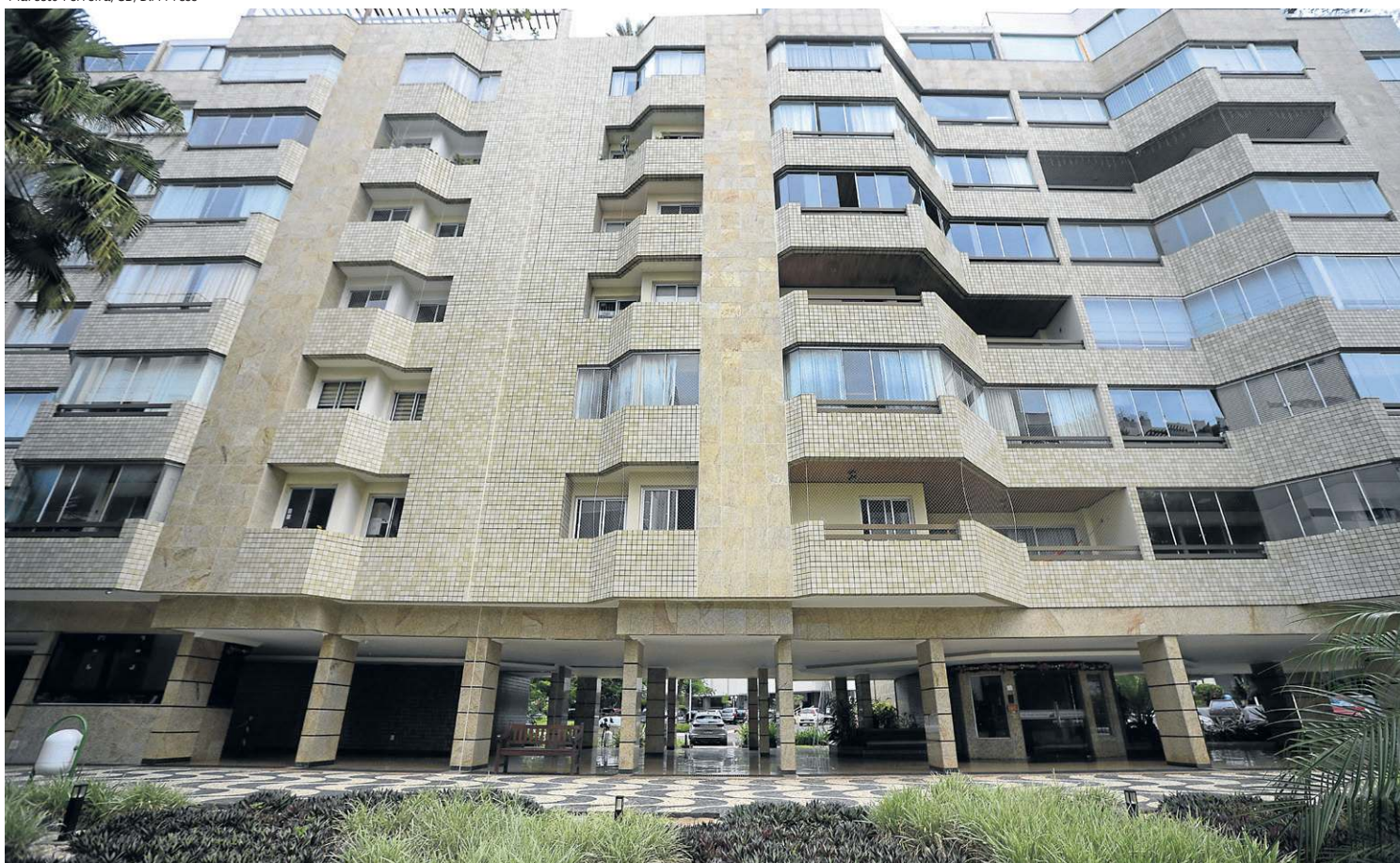
Julho/2021	0,96
Agosto/2021	0,87
Setembro/2021	1,16
Outubro/2021	1,25
Novembro/2021	0,95

**GOVERNO /** Lista inclui 66 apartamentos, 21 terrenos e uma casa no Lago Sul. Negócios serão feitos por meio de concorrência pública digital, aberta a qualquer pessoa física ou jurídica, e poderão ser financiados pelo Banco do Brasil

# União põe à venda 88 imóveis em Brasília

» FERNANDA STRICKLAND

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Apartamento no Bloco da 310 Norte está entre as ofertas. Ministério da Economia promete processo facilitado

O Ministério da Economia apresentou, ontem, o último Feirão de Imóveis SPU+ de 2021, com 88 imóveis em Brasília, incluindo apartamentos funcionais, terrenos no Plano Piloto e uma casa no Lago Sul. Os interessados podem fazer ofertas por meio do portal *VendasGov.br*, onde terão acesso à Proposta de Aquisição de Imóveis (PAI), instrumento que acelera e facilita o processo de bens imobiliários da União. O PAI é uma inovação na gestão patrimonial trazida pela Lei nº 14.011/20.

O feirão é promovido pela Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU), vinculada à Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados (SEDDM). No total, 88 imóveis da SPU e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com potencial de venda mais elevado, estão sendo oferecidos.

O secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, Diogo Mac Cord, destacou que o feirão de imóveis SPU+ tem se mostrado uma importante ferramenta para o incremento das vendas dos ativos funcionais do governo. “Finalmente, após anos de descaso com os imóveis federais, estamos dando correta destinação a áreas abandonadas e desocupadas há bastante tempo, mesmo com grande demanda reprimida do mercado”, destacou.

A lista completa inclui 66 apartamentos — em sua maioria na Asa Sul, na Asa Norte e no Setor Octogonal —, 21 terrenos, muitos deles em áreas nobres, como Setor de Autarquias Norte, Setor Bancário Norte e Setor de Clubes Esportivo Sul, e uma casa no Lago Sul.

Com o mecanismo do PAI, o governo inverte a lógica de venda de imóveis federais ao permitir que o mercado faça, previamente, propostas para os ativos que considera mais atrativos. Para a secretária de Coordenação e Governança do Patrimônio da

União, Fabiana Rodopoulos, “os resultados obtidos, até aqui, com os feirões são bastante positivos, principalmente no que diz respeito a incentivar o mercado a participar do processo de desestatização imobiliária do país”. “Além disso”, acrescentou, “o governo já obteve excelentes resultados com o PAI.”

## Como comprar

Para participar, basta fazer uma proposta pelo imóvel que se deseja comprar. Caso ela seja aceita, o interessado deverá providenciar um laudo de avaliação do ativo e apresentá-lo para homologação. Em seguida, é aberta uma concorrência pública, na qual qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá realizar ofertas eletronicamente. O proponente que enviou a PAI tem direito de preferência.

No dia da concorrência, os interessados devem acessar o portal *VendasGov.br*, fazer o login e enviar sua oferta. As sessões públicas são realizadas sempre às 15h. As propostas podem ser apresentadas até às 14h59.

Para a habilitação, é necessário anexar o comprovante de pagamento da caução, equivalente a 5% do valor de avaliação do imóvel. Vence a oferta de maior valor. Caso a proposta apresentada não seja a vencedora, a caução será integralmente devolvida. É possível ao comprador obter financiamento do Banco do Brasil, que é parceiro no projeto. O processo depende de cada cliente e de cada caso, não tem um tempo determinado.

Segundo o economista da PUC/SP Vinicius do Carmo, o governo está prometendo bastante facilidade. “Isso tem a ver

com a lógica do pessoal que está no Ministério da Economia, que quer, de uma forma ou de outra, facilitar os procedimentos para venda de ativos. Mas acontece que, dentro do mercado imobiliário ou mesmo olhando dentro da gestão dos ativos do Estado, essas vendas que vão acontecer em Brasília representam muito pouco”, afirmou.

“Mesmo que seja facilitado o acesso para novos agentes na compra destes ativos, são imóveis de altíssimo padrão ou lajes corporativas, com pouco impacto para o conjunto do mercado. Segundo as novas regras, o leilão tem um procedimento diferenciado, mas o acesso é facilitado”, comentou o economista.

Para ver a lista completa dos imóveis à venda, acesse o portal do **Correio** — [www.correioonline.com.br](http://www.correioonline.com.br).



**Após anos de descaso com os imóveis federais, estamos dando correta destinação a áreas abandonadas e desocupadas há bastante tempo, mesmo com grande demanda reprimida do mercado”**

**Diogo Mac Cord**, secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia

Gustavo Bezerra/Fotos Publicas



O ministro, porém, descarta reajuste para todas as categorias

exerce “uma seletividade” nos reajustes salariais.

Para Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate), é natural que os policiais procurem

buscar a recomposição do poder de compra. Mas ele defendeu que outras categorias também busquem negociação.

**\*Estagiários sob a supervisão de Odail Figueiredo**

## Eletrobras: adiamento

» MARIA EDUARDA ANGELI\*

O Tribunal de Contas da União (TCU) adiou novamente, ontem, a decisão acerca do processo de privatização da Eletrobras. Agora, a proposta só voltará a ser discutida pela corte em 19 de janeiro do ano que vem. A reviravolta se deu com o pedido do ministro Vital do Rêgo de mais tempo para analisar o caso. Apesar do prazo mais longo, o governo foi autorizado a continuar trabalhando nos detalhes da operação. Estimativas da área econômica apontam que o processo deve envolver R\$ 62,4 bilhões.

A solicitação de Rêgo resultaria em um atraso significativo na decisão, perspectiva que fez com que as ações da estatal chegassem a cair 13% na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) durante o pregão de ontem. As cotações da empresa, no entanto, se estabilizaram após um acordo sugerido pelo ministro Benjamin Zymler. Ele alegou que uma demora maior na análise poderia comprometer a venda da empresa, considerando a proximidade das eleições de 2022. O ministro afirmou que a corte precisa ser cuidadosa, já que a venda pode reverter o preço da energia.

## Jabutis

O tribunal também identificou problemas no edital, como a falta de informações sobre a precificação da estatal. Além disso, mudanças feitas no Congresso na proposta original do governo (os chamados jabutis) estabeleceram uma série de obrigações para a empresa, mesmo depois de privatizada, o que pode afetar a rentabilidade do negócio.

O governo pretendia que o TCU finalizasse o exame da venda da Eletrobras até janeiro do próximo ano. Agora, a previsão se estende até maio. “O adiamento da análise pode inviabilizar o processo, ao menos em 2022, uma vez que a proximidade das eleições poderá impactar de maneira expressiva o resultado da privatização”, afirma Pedro Henrique Borges, advogado especialista em direito administrativo.

A capitalização da estatal só pode ser concluída após aval do TCU, o que proporciona maior segurança jurídica aos eventuais compradores. O processo ainda tem muito a andar, já que está na primeira de duas etapas no TCU, em que o tribunal aborda os valores da privatização da estatal. A fase seguinte vai examinar a capitalização como modelo escolhido para a operação.

Para Wilson Sahade, advogado especialista em direito administrativo e sócio do Lecir Luz e Wilson Sahade Advogados, é “inquestionável” a necessidade de privatização da Eletrobras, visto que o Estado não dispõe de recursos financeiros suficientes para fazer os investimentos necessários no setor de energia.

## Guedes admite atender policiais

» ROSANA HESSEL  
» BERNARDO LIMA\*

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que “não é oportuno” um reajuste salarial para todos os servidores públicos no ano que vem, de forma linear. Contudo, ele sinalizou ser favorável a novo aumento de salário para algumas categorias, como a dos policiais, como vem sendo defendido pelo presidente Jair Bolsonaro (PL).

“Se aproveita e generaliza aumento de salário para o Brasil inteiro, para o funcionalismo em geral, estadual, municipal e federal, você vai fragilizar as finanças de todo mundo de novo”, disse o ministro a jornalistas, em São Paulo, após participar de um evento com empresários na Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp).

O chefe da equipe econômica mostrou-se favorável à reestruturação de carreiras,

principalmente, a de policiais, mas reconheceu os riscos fiscais de um reajuste generalizado do funcionalismo para corrigir as perdas da inflação de dois dígitos deste ano. “Estamos conversando, pode até se fazer reestruturação, uma reforma, mas tem que ser um negócio específico, muito localizado e muito limitado em números”, afirmou.

O especialista em contas públicas Murilo Viana considera a sinalização do presidente para dar reajuste aos policiais como uma “decisão política”. “O espaço no teto de gastos criado com a PEC dos Precatórios é curto para tanta demanda, inclusive dos congressistas em relação a emendas de relator e fundo eleitoral mais robusto”, afirmou. “O governo quer atender os policiais, grupo mais fiel ao bolsorismo”, resumiu.

Viana lembrou que, se fosse conceder reajuste para todas

as categorias, o custo anual seria de R\$ 4 bilhões para cada ponto percentual de alta, de acordo com estimativas da Instituição Fiscal Independente (IFI), vinculada ao Senado. “Com um inflação de 10% neste ano, esse valor poderia chegar a R\$ 40 bilhões.”

Os policiais e os militares não tiveram congelamento de salários, como ocorreu com os servidores civis nos últimos dois anos.

## Pressão

Analistas afirmam que outras categorias devem reivindicar por reajustes em 2022, e, se o governo conceder novo reajuste aos policiais, a pressão vai aumentar.

O secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Sérgio Ronaldo da Silva, disse que o governo